

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER
EXECUTIVO
DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ
EXERCÍCIO DE 2022**

Conforme prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2022.

I- Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social

a) Análise da situação Econômica e financeira do Município:

Principais indicadores Financeiros e Econômicos:

1)	Liquidez Financeira	<u>Ativo Financeiro (exceto RPPS)</u> Passivo Financeiro	<u>4.882.539,30</u> 203.528,84	23,99
2)	Liquidez Corrente	<u>AC – Estoque – Desp. Antecipadas</u> Passivo Circulante	<u>4.970.072,75</u> 203.785,19	24,39
3)	% Despesa Corrente sobre Receita Corrente	<u>Despesas Correntes</u> Receitas Correntes (exceto Convênios, Intra, Contr. RPPS)	<u>22.537.675,60</u> <u>29.190.406,10</u>	0,77
4)	% Evolução do Patrimônio Líquido	<u>PL Final</u> PPL Inicial	<u>33.942.281,75</u> 31.128.784,02	1,09

1 – Liquidez Financeira: O cálculo apurado demonstra um índice de 23,99 o que significa que para cada R\$ 1,00 de contas a pagar o município possui R\$ 23,99 disponível em caixa.

2 – Liquidez corrente: O cálculo apurado demonstra um índice de 24,39 o que significa que para cada R\$ 1,00 de dívida total o município possui R\$ 24,39 de contas a receber.

3 - % despesa corrente s/ receita corrente: O cálculo apurado demonstra um índice de 0,77 o que significa que para cada R\$ 1,00 de receita corrente o município gastou R\$ 0,77 em despesas de custeio.

4 - Evolução do Patrimônio Líquido: O cálculo apurado demonstra um índice de 1,09 o que significa que o patrimônio líquido do município apresentou um aumento de 9% no presente exercício.

b) Análise sobre a situação administrativa

Política de RH:

O controle de ponto dos servidores é efetuado através de relógio ponto eletrônico, exceto os servidores da Secretaria da Educação, que ainda registram o ponto de forma manual em livro próprio.

Não há política planejada em treinamentos implantada, ocorrendo os mesmos de forma individual, sempre com fundamento em necessidades imediatas detectadas em cada setor, com inserção dos servidores em capacitações promovidas pelos departamentos, sendo comum participação dos servidores professores, motoristas, merendeiras, contador, agente de controle interno, em cursos e aperfeiçoamentos ministrados pela AMAVI, EGEM, FECAM e TCE.

As avaliações de desempenho estão sendo feitas de forma rotineira, utilizando-se um Sistema Informatizado para facilitar os trâmites.

Condições de trabalho:

O material de trabalho, como mobiliário, infraestrutura de tecnologia (redes, internet, servidores) encontra-se em bom estado, fornecendo aos servidores condições adequadas de trabalho.

Os servidores do Município de Imbuia são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) sob o regime estatutário.

Os programas **PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ou LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, são atualizados anualmente, o **PPP** – Perfil Profissiográfico Previdenciário, é atualizado anualmente e é entregue ao servidor quando da exoneração. Quando ocorre o **CAT** – Comunicação de acidente de trabalho, seu envio ocorre no dia seguinte ao acidente.

Governança em tecnologia da informação:

O parque tecnológico vem sofrendo com a desatualização dos equipamentos, e face as dificuldades econômicas enfrentadas pelos Municípios, não é renovado de forma adequada. Os sistemas de informação utilizados são eficientes, no entanto se encontram dificuldades pela falta de integração dos mesmos. A segurança das informações, e efetuada de forma precária, limitando-se ao backup dos dados diariamente.

c) Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais

O Município vem cumprindo os limites mínimos exigidos nas aplicações de recursos na área da educação e saúde, bem como mantém ações efetivas junto a área social e meio ambiente do Município, no entanto não tem indicadores que possam refletir a atuação do governo perante à sociedade.

IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e de cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites quando for o caso:

Limites	Valores	Limite % LRF s/ RCL	% Realizado	% Diferenças
Despesas com Pessoal	15.545.589,52	60,00	49,89	10,11
Poder Executivo	14.842.033,52	54,00	47,64	6,36
Poder Legislativo	703.556,00	6,00	2,25	3,75
Dívida Consolidada Líquida	-5.521.967,33	120,00	0,00	120,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária e Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Por antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

Os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em 31/12/2022 se encontravam dentro dos limites estabelecidos.

ESPECIFICAÇÃO	2022		
	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	30.853.650,00	34.536.561,96	3.682.911,96
Receitas Primárias (I)	28.304.650,00	33.911.342,23	5.606.692,23
Despesa Total	30.853.650,00	35.192.404,79	4.338.754,79
Despesas Primárias (II)	30.821.650,00	35.192.404,79	4.370.754,79
Resultado Primário (III) = (I – II)	-2.517.000,00	-1.722.278,09	-794.721,91
Resultado Nominal	-2.501.000,00	-1.103.281,44	-1.397.718,56
Dívida Pública Consolidada	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Dívida Consolidada Líquida	1.500.000,00	-5.521.957,33	-4.021.957,33

X - Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos Arts. 198 e 212 da Constituição Federal e artigo 60 do ADCT:

O Município elaborou os seus demonstrativos que demonstram a aplicação de 19,08% da receita resultante de impostos e transferências em saúde e 27,02% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Os recursos recebidos a título de FUNDEB pelo Município no exercício de 2022, foram aplicados rigorosamente em despesas com a remuneração de profissionais do magistério da educação básica, assim como nas demais despesas inerentes à educação básica do Município, em atendimento à Lei nº 14.113/2020 e demais legislações pertinentes.

Do montante de R\$ 5.056.264,17 recebidos no exercício de 2022, foram aplicados R\$ 4.496.186,41 no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, que totaliza 88,92% do total.

XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO E ESTADO - CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVII)

Exercício: 2022

Ente Federativo	Órgão/Entidade concedente	Número do Convênio	Data da Assinatura	Valor previsto para o Convênio	Valor Previsto para o Exercício	Valor recebido em 2022	Valor a receber	Despesas Realizadas em 2022	Restos a pagar decorrentes do Convênio
Federal (Plataforma + Brasil)	FUNASA	839355/2016	30/12/2016	291.603,39	291.603,39	0,00	291.603,39	0,00	0,00
Federal (Plataforma + Brasil)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	902927/2020	31/12/2020	143.250,00	143.250,00	0,00	143.250,00	0,00	0,00
Federal (Plataforma + Brasil)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	914162/2021	30/12/2021	124.150,00	124.150,00	0,00	124.150,00	0,00	0,00
Federal (GOV.BR)	Ministério da Economia	09032022-018213	17/05/2022	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Federal (GOV.BR)	Ministério da Economia	09032022-016117	17/05/2022	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.3608042/02-100	24/05/2021	200.000,00	0,00	0,00 Recebido em 2021	0,00	200.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.3607992/02-100	24/05/2021	100.000,00	0,00	0,00 Recebido em 2021	0,00	100.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.3607942/02-100	24/05/2021	100.000,00	0,00	0,00 Recebido em 2021	0,00	100.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.4264482/02-200	10/06/2022	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.4264992/02-200	10/06/2022	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00

Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.4398902/02-200	10/06/2022	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.4578952/02-200	10/06/2022	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.4641882/02-200	10/06/2022	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Federal (FNS)	Fundo Nacional de Saúde	36000.4641912/02-200	10/06/2022	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	CIDASC	2022TR1339	23/06/2022	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda	Portaria 384/2021/SEF SCC 17859/2021/SED	21/09/2021	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 413/2021/SEF SCC 18819/2021/SAR	13/10/2021	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 466/2021/SEF SCC 20876/2021/SED	22/11/2021	100.000,00	100.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 468/2021/SEF FESPORTE 2208/2021	22/11/2021	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 535/2021/SEF SCC 21179/2021/SAR	28/12/2021	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 535/2021/SEF SCC 22885/2021/SIE	28/12/2021	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 535/2021/SEF SCC 24692/2021/SIE	28/12/2021	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 151/2022/SEF SCC 272/2022/SIE	11/04/2022	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 151/2022/SEF SCC 485/2022/SED	11/04/2022	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 189/2022/SEF SCC 24378/2021/SAR	11/05/2022	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 229/2022/SEF SCC 2854/2022/SAR	08/06/2022	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 229/2022/SEF SCC3214/2022/SIE	08/06/2022	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Transferência Especial	Portaria 254/2022/SEF SCC24950/2021/SIE	27/06/2022	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Emenda Parlamentar Fundo Estadual de Saúde (Despesa: Capital)	Lei 18.329 de 05/01/2022 - LOA 2022 SC - Portaria SEF n. 508/2022 de 02/12/2022 - Emenda 1513/SES	02/12/2022	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Emenda Parlamentar SIE/SC (Despesa: Capital)	Lei 18.329 de 05/01/2022 - LOA 2022 SC - Portaria SEF n. 508/2022 de 02/12/2022 - Emenda 1081/SIE	02/12/2022	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	Sec. Estado Fazenda Emenda Parlamentar Fundo Estadual Social (Despesa: corrente)	Lei 18.329 de 05/01/2022 - LOA 2022 SC - Portaria SEF n. 508/2022 de 02/12/2022 - Emenda 1445/2022	02/12/2022	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00

XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Com o advento da pandemia da Covid-19, e com o consequente estado de emergência de saúde pública decretada pelos entes políticos em meados de março de 2020, o Município de Imbuia, no decorrer do exercício 2022, teve os seguintes reflexos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA:

DESPESAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2022		
Valor Total Empenhado	Valor Total Liquidado	Valor Total Pago
0,00	0,00	0,00

DESPESAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2022							
DO EMPENHO	NÚMERO DO EMPENHO	HISTÓRICO DO EMPENHO	NOME DO CREDOR	VALOR DO EMPENHO	VALOR LIQUIDADO R\$	VALOR PAGO R\$	SALDO A PAGAR R\$
		Nada a relatar.					

Dados disponíveis no site de transparência do Município de Imbuia no link (acesso em 21/02/2023):

<https://transparencia.betha.cloud/#/Oqa5frvU-cKyp8VYgGwGDg==/consulta/16113>

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBUIA:

DESPESAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2021		
Valor Total Empenhado	Valor Total Liquidado	Valor Total Pago
1.001,00	0,00	0,00

DESPESAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2022							
DO EMPENHO	NÚMERO DO EMPENHO	HISTÓRICO DO EMPENHO	NOME DO CREDOR	VALOR DO EMPENHO	VALOR LIQUIDADO R\$	VALOR PAGO R\$	SALDO A PAGAR R\$
14/01/2022	63	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE DA AQUISIÇÃO DE 100 CXS DE MASCARA DESC. C/50UN E 30 UN MASCARA DESC. N95 PARA USO DOS SERVIDORES NA UNIDADE BASICA DE SAÚDE E UNIDADE HOSPITALAR.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.	R\$ 1.001,00	0,00	0,00	R\$ 1.001,00

Dados disponíveis no site de transparência do Município de Imbuia no link (acesso em 21/02/2023):

<https://transparencia.betha.cloud/#/Oqa5frvU-cKyp8VYgGwGDg==/consulta/16113>

PROCESSOS LICITATÓRIOS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2022

Ano do processo	Número da licitação	Data de publicação	Objeto	Modalidade	Tipo do objeto	Forma de julgamento	Situação
		Nada a relatar.					

Dados disponíveis no site de transparência do Município de Imbuia no link (acesso em 25/02/2022):

<https://transparencia.betha.cloud/#/Oqa5frvU-cKyp8VYgGwGDg==/consulta/15993>

RECEITAS COVID-19 NO EXERCÍCIO DE 2022

Data da receita	Rubrica da natureza da receita	Categoria econômica	Origem da receita	Especie da receita	Descrição da natureza da receita	Valor arrecadado da receita no período R\$
10/03/2022	417180351010000	Receitas Correntes	Transferências Correntes	Transferências da União e de suas Entidades	Transferência de Recursos do SUS - Principal	120.000,00
14/03/2022	417180351010000	Receitas Correntes	Transferências Correntes	Transferências da União e de suas Entidades	Transferência de Recursos do SUS - Principal	14.544,00
TOTAL						134.544,00

Dados disponíveis no site de transparência do Município de Imbuia no link (acesso em 21/02/2023):

<https://transparencia.betha.cloud/#/Oqa5frvU-cKyp8VYgGwGDg==/consulta/15951>

XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

2018

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015 (fls. 2 - 3 dos autos).

Quanto ao tem 9.1.1, foi alertado verbalmente o Prefeito Municipal e Contador à época, quanto a remessa dos dados da Prestação de Contas do Prefeito.

9.1.2 Registro indevido de Valores Restituíveis e Outras Obrigações do Passivo Financeiro nas Fontes de Recursos FR 01, 18 e 62 com os respectivos saldos devedores de R\$ 3.120,67, R\$ 22.334,27 e R\$ 2.422,22, em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recurso).

Quanto ao item 9.1.2, foi alertado verbalmente o Contador à época, quanto a contabilização das fontes de recursos de forma indevida.

2019**9.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL**

9.2.1 Disponibilidades Financeiras Vinculadas (Outras transferências da União no valor de R\$ 387.711,71) com indicativo de especificação de Fonte de Recurso 34 (Documento 5, Anexo deste Relatório), quando deveriam estar registradas na Fonte de Recursos 50 - Cessão Onerosa – pré-sal, conforme Tabela da Destinação da Receita Pública – aplicável ao exercício de 2019, disponível no Sistema e-Sfinge Captura – tabela de download 2019, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 c/c o art. 8º parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, fls. 41 dos autos).

9.2.2 Aplicação parcial no valor de R\$ 96.899,84, no primeiro trimestre de 2019, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 116.560,95, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

9.2.3 Registro indevido de Obrigações do Passivo Financeiro com saldo devedor nas Fontes de Recursos 01 (R\$ 3.169,57), FR 18 (R\$ 22.544,26) e FR 62 (R\$ 2.422,22), em desacordo com o que estabelece o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice -Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).

Quanto ao item 9.2.1, 9.2.2. e 9.2.3. , foi alertado verbalmente o Contador à época, quanto a contabilização das fontes de recursos de forma indevida e atenção para apuração correta do valor remanescente do FUNDEB do exercício anterior.

2020**10.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL**

Não foram encontradas restrições desta natureza, de acordo com os critérios técnicos adotados.

10.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL Não foram encontradas restrições desta natureza, de acordo com os critérios técnicos adotados.

10.3 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR Não foram encontradas restrições desta natureza, de acordo com os critérios técnicos adotados.

XXI - Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Foi efetuado o Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME de Imbuia, no período de 2022, sendo o mesmo concluído em outubro de 2022, pela Comissão Coordenadora e Equipe Técnica.

Conclui-se que a maior dificuldade foi não ter o minicenso municipal, pois, os dados apresentados pelo INEP 2014/2016 são divergentes dos dados que representam a situação atual do município.

Outra dificuldade encontrada pela equipe e comissão, é o fato de não ter como interferir em questões pedagógicas da rede estadual, o que faz que, alguns dos índices se apresentam abaixo da média fazendo com que o município seja prejudicado.

Da mesma forma foram atualizadas as medidas de avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014.

XXII - Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.

Não foi apurada nenhuma informação pendente.

XXIII - especificar os dispositivos legais que promoveram alterações no Plano Municipal/Estadual de Educação ao longo do exercício.

Não foi apurada alteração no período.

IMBUIA (SC), 24 de fevereiro de 2023.

SÉRGIO FRANCISCO CAPISTRANO
Controlador Interno